



Plano Estratégico

Fundação Côa Parque

2018-2022

Janeiro de 2018



Conteúdo

Preâmbulo	4
Diagnóstico – Ponto de Partida	5
Património, Segurança, Qualificação das infraestruturas e equipamentos	6
Recursos Humanos	8
Gestão Administrativa e Financeira	8
Investigação.....	9
Programação Cultural e Comunicação	10
Turismo.....	10
Serviços Educativos	12
Pressupostos Estratégicos	18
Reconhecer o Parque Arqueológico do Vale do Côa como Património comum	18
Reafirmar o Parque Arqueológico do Vale do Côa nos circuitos culturais e turísticos, nacionais e internacionais	19
Reintegrar o Parque Arqueológico do Vale do Côa	20
no contexto territorial próximo.....	20
Aprofundar o conhecimento integrado do	21
Parque Arqueológico do Vale do Coa.....	21
Re-operacionalizar os recursos existentes	23
na Fundação Coa Parque	23
Análise SWOT	25
Missão, Visão e Metas	28
Objetivos Estratégicos e Ações	32
1 - Valorizar o território e os seus recursos, requalificar infraestruturas e equipamentos e proteger o PAVC	33



2 – Refuncionalizar a gestão e valorizar o potencial humano.....	34
3 – Aprofundar o conhecimento e promover a I&D.....	35
4 – Estruturar, comunicar e projetar a oferta turística do PAVC	36
5 – Proporcionar um serviço educativo e cultural de referência	37
às comunidades.....	37
Plano de Atividades para 2018.....	39
1 – Valorizar o território e os seus recursos, requalificar infraestruturas e equipamentos e proteger	41
e salvaguardar o PAVC	41
2 – Refuncionalizar a gestão e valorizar o potencial humano.....	41
3 – Aprofundar o conhecimento e promover a I&D.....	42
4 – Estruturar, comunicar e projetar a oferta turística do PAVC	44
5 – Proporcionar um serviço educativo e cultural de referência	46
às comunidades.....	46
Fontes de Financiamento	48
Atividades já desenvolvidas.....	50



Preâmbulo

A Cova Parque — Fundação para a Salvaguarda e Valorização do Vale do Cova foi instituída pelo Decreto-Lei n.º 35/2011, de 8 de março, como fundação pública com regime de direito privado, tendo como fins principais a salvaguarda, conservação, investigação, divulgação e valorização da arte rupestre do Vale do Cova.

Na sequência das vicissitudes sofridas pela Fundação desde a sua criação, a Resolução do Conselho de Ministros n.º 79/2016, de 30 de novembro, veio identificar as grandes linhas de orientação estratégica para a respetiva atuação, no âmbito dos objetivos que lhe cumpre prosseguir. “Estas linhas de orientação estratégica passam (i) pelo desenvolvimento de atividades científicas e de investigação ligadas ao património cultural e natural da região, (ii) por ações de educação ambiental e de sensibilização de diversos públicos, visando a proteção e valorização dos recursos hídricos, espécies e habitats nela existentes, (iii) pelo reforço do aproveitamento das potencialidades turísticas, (iv) pela criação de novas infraestruturas e serviços de apoio ao desenvolvimento económico, propiciando a fixação das populações, o crescimento e a criação de riqueza, com vista a inverter tendências de desertificação e envelhecimento populacional, e (v) por promover, através do conjunto destas vertentes, o reforço da integração e da coesão territorial do projeto e a sua renovada e persistente valorização internacional”.

O Decreto-Lei n.º 70/2017, de 20 de junho procedeu à primeira alteração aos Estatutos da Fundação Cova Parque, adaptando-os à Lei-Quadro das Fundações (Lei n.º 24/2012, alterada e republicada pela Lei n.º 150/2015) e refletindo as alterações estruturais consideradas necessárias para o cumprimento integral da missão mais abrangente que, entretanto, lhe foi atribuída. De entre as novidades



mais significativas destaca-se a constituição de um Conselho Consultivo (sucessor do anterior Conselho de Fundadores), onde estão representadas instituições de âmbito nacional, regional e local; a reformulação das entidades financiadoras – Direcção-Geral do Património Cultural, Turismo de Portugal, IP, Agência Portuguesa do Ambiente, Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa e Associação de Municípios do Vale do Côa; e o reforço “da sua acção através da área da ciência, tecnologia e ensino superior, em estreita articulação com as áreas da cultura, da economia, do turismo e do ambiente, designadamente mediante o envolvimento das instituições científicas e de ensino superior, com vista ao desenvolvimento da cooperação científica e tecnológica centrada na valorização patrimonial, científica e ambiental do Vale do Côa”.

Diagnóstico – Ponto de Partida

À data do início de funções do atual Concelho Diretivo da Fundação Cœa Parque foi decidida a realização de um conjunto de reuniões sectoriais com os funcionários da instituição, destinadas a apurar o estado em que se encontravam as várias frentes de atividade. Dessa iniciativa resultou a constatação de que o desinvestimento e abandono a que foi votada a fundação, tiveram um reflexo dramático na sua capacidade de afirmação local, regional e nacional, particularmente evidente no estado de letargia e estagnação, não raras vezes de efetiva regressão, da sua ação, que comprometia seriamente o prosseguimento dos fins a que se encontra obrigada desde a data da sua constituição: “a protecção, conservação, investigação, e divulgação da Arte Rupestre, classificada Património Mundial - UNESCO 1998, e demais património



arqueológico, paisagístico, cultural e natural, na área do Parque Arqueológico do Vale do Côa”.

Não obstante a situação crítica a que se chegou, e que fica suficientemente ilustrada no diagnóstico que a seguir se apresenta, é da mais elementar justiça sublinhar o empenho, a resiliência e o comprometimento pessoal dos funcionários da fundação com o projeto do Vale do Côa. Ao longo de todo este período de perturbação e indefinição, na falta de orientação estratégica superior, conseguiram assegurar o funcionamento quotidiano da instituição, respondendo com elevado profissionalismo às solicitações da atividade turística, e mantendo, ainda que de forma intermitente, os trabalhos de investigação arqueológica e o programa de serviço educativo.

A descrição que se segue, procura inventariar, de forma exaustiva, o conjunto de debilidades identificadas nas áreas do Património, Segurança, Qualificação das infraestruturas e equipamentos, Recursos Humanos, Gestão Administrativa e Financeira, Investigação, Programação Cultural, Turismo e Serviços Educativos.

Património, Segurança, Qualificação das infraestruturas e equipamentos

- O estado de conservação dos centros interpretativos, dos núcleos de arte rupestre abertos ao público e respectivos acessos era, genericamente, de grande precariedade;
- Os serviços de vigilância no PAVC eram reconhecidamente insuficientes, tendo sido registado, e amplamente noticiado, um episódio de vandalismo no núcleo da Ribeira de Piscos, com impacto muito negativo na imagem da instituição;



- O equipamento de videovigilância do Museu apresentava sinais de deterioração e inoperacionalidade;
- A infraestrutura tecnológica do Museu apresentava sinais de deterioração, com alguns equipamentos danificados, descontinuados, ou quase obsoletos;
- O sistema informático estava centralizado na DGPC, provocando uma situação altamente penalizadora para a actividade quotidiana do museu;
- Não existia rede wireless no museu, com consequências muito negativas quer a nível do trabalho desenvolvido, quer da imagem da instituição perante os visitantes;
- As viaturas para visitaçãõ turística, com mais de vinte anos, apresentavam sinais de degradação, não correspondendo às exigências actuais de segurança e conforto;
- O sistema AVAC do edifício apresentava grandes deficiências de funcionamento;
- O edifício ainda não fora rececionado pelo dono da obra, existindo uma relação significativa de inconformidades;
- O custo do consumo energético do edifício do Museu atingia valores muito elevados;
- Não existia qualquer plano de monitorização e gestão integrada do território do PAVC;
- Desde o abandono do projecto de construção da barragem do rio Côa, nunca foi regularizada a questão da propriedade dos terrenos expropriados;
- A Fundação não tinha quaisquer bens e pessoas segurados, com a excepção das viaturas do seu parque automóvel;



Recursos Humanos

- Ausência de organograma dos serviços;
- A distribuição de responsabilidades e tarefas, embora assegurando o regular funcionamento do PAVC, não obedecia a um efetivo critério de racionalidade e otimização de recursos;
- Os Funcionários encontravam-se há vários anos sem qualquer avaliação de desempenho;
- Questões laborais e de mobilidade intercarreiras de funcionários por resolver;
- O cargo de coordenação técnica e científica estava vago;
- A Fundação não dispunha de qualquer serviço de apoio jurídico;

Gestão Administrativa e Financeira

- A Fundação dispunha de 207.530,93€ na conta bancária da Caixa Geral de Depósitos, essencialmente provenientes da Resolução do Conselho de Ministros n.º 79/2016, de 30 de novembro;
- Não obstante o reforço extraordinário de receitas, proveniente da referida Resolução do Conselho de Ministros, as dívidas da Fundação a fornecedores de bens e serviços ascendiam a 255.423,32 €;
- As dívidas dos fundadores ascendiam a 653.006,00€;
- O capital inicial dos Fundadores já fora integralmente consumido, mencionando-se, no relatório de gestão de 2015, o estado de quase falência técnica;



- Inexistência de qualquer referencial estratégico de ação para a Fundação C^oa Parque;
- Ausência de qualquer plano de parcerias institucionais;
- A Fundação não estava envolvida em qualquer rede de cooperação nacional, ou internacional;
- A atividade corrente encontrava-se seriamente comprometida pela insuficiência de meios financeiros alocados à operação;
- Ausência de qualquer perspectiva de entrada extraordinária de receitas provenientes de candidaturas a programas de financiamento, nacionais ou internacionais;
- Inexistência de qualquer controlo relativo à utilização da frota automóvel;
- A utilização de espaços, no edifício do Museu, fazia-se, em grande medida, de forma casuística, em função das necessidades mais urgentes;

Investigação

- A atividade científica envolvia um número diminuto de investigadores e estava confinada à execução de apenas um projeto de investigação, na área da Arqueologia, financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia;
- As publicações científicas e de divulgação científica tinham diminuído muito sensivelmente, face ao período inicial do PAVC e do CNART;
- A Biblioteca especializada da Fundação não estava efectivamente organizada, sendo inoperacional para as actividades regulares de pesquisa e investigação;



- Não existia um plano para o desenvolvimento das actividades científicas nem uma estrutura organizacional que a integrasse.

Programação Cultural e Comunicação

10

- Embora se mantivessem actividades culturais de carácter diverso, ao longo de todo o ano, constatava-se a ausência de um plano integrado de programação cultural;
- As actividades desenvolvidas ficavam aquém da notoriedade pública desejável;
- A insuficiência de verbas financeiras e ausência de orientação superior, obstaculizavam o desenho de uma programação coerente e consequente;
- Não existia uma estratégia de comunicação que articulasse os diversos sectores de actividade da Fundação.

Turismo

- Ausência de qualquer orientação estratégica para a valorização turística do PAVC;
- Inexistência de qualquer linha de atuação estratégica em matéria de promoção e comunicação do PAVC, enquanto ativo turístico;
- Grandes dificuldades do “mercado” em poder efetuar reservas e visitas aos núcleos de arte pré-histórica abertos à fruição pública;
- Ausência de qualquer documento regulador da atividade dos operadores turísticos privados;
- Serviço de visitas ao território reduzido a 3 viaturas todo-o-terreno.



- Website pouco apelativo e inexistência de serviços online;
- Ausência de qualquer suporte tecnológico/áudio-guia de apoio aos visitantes;
- Incapacidade do PAVC manter uma trajetória contínua de crescimento sustentado do seu número de visitantes e de receitas, tendo no último ano (2016) havido mesmo um decréscimo na procura e nas receitas;
- Necessidade de tornar mais atrativa a experiência de visitação ao Museu do Côa;
- Número de visitas guiadas (3 por dia) manifestamente insuficiente, sobretudo em época alta;
- Deficit de Recursos Humanos em época alta – gestão não programada dos períodos de férias dos funcionários;
- Ausência de instrumento de avaliação do nível de satisfação dos visitantes e de recolha de informação para melhoria do produto e de comunicação;
- Material promocional praticamente inexistente, ou desatualizado, e sem qualquer atratividade;
- Vários protocolos de parceria, que não obedeciam a um padrão normalizador;
- Inexistência de qualquer estratégia de dinamização dos espaços do museu junto do segmento *corporate*;
- Artigos vendidos na Loja do Museu não correspondem inteiramente ao padrão de qualidade que se exige num equipamento cultural com estas características;



Serviços Educativos

- Inexistência de plano concreto, regular e sistemático para a atividade dos Serviços Educativos;
- Ausência de interação sistemática dinâmica e proactiva com o público escolar;
- As relações institucionais da Fundação com os diferentes atores locais, regionais e nacionais eram insuficientes ou inexistentes;

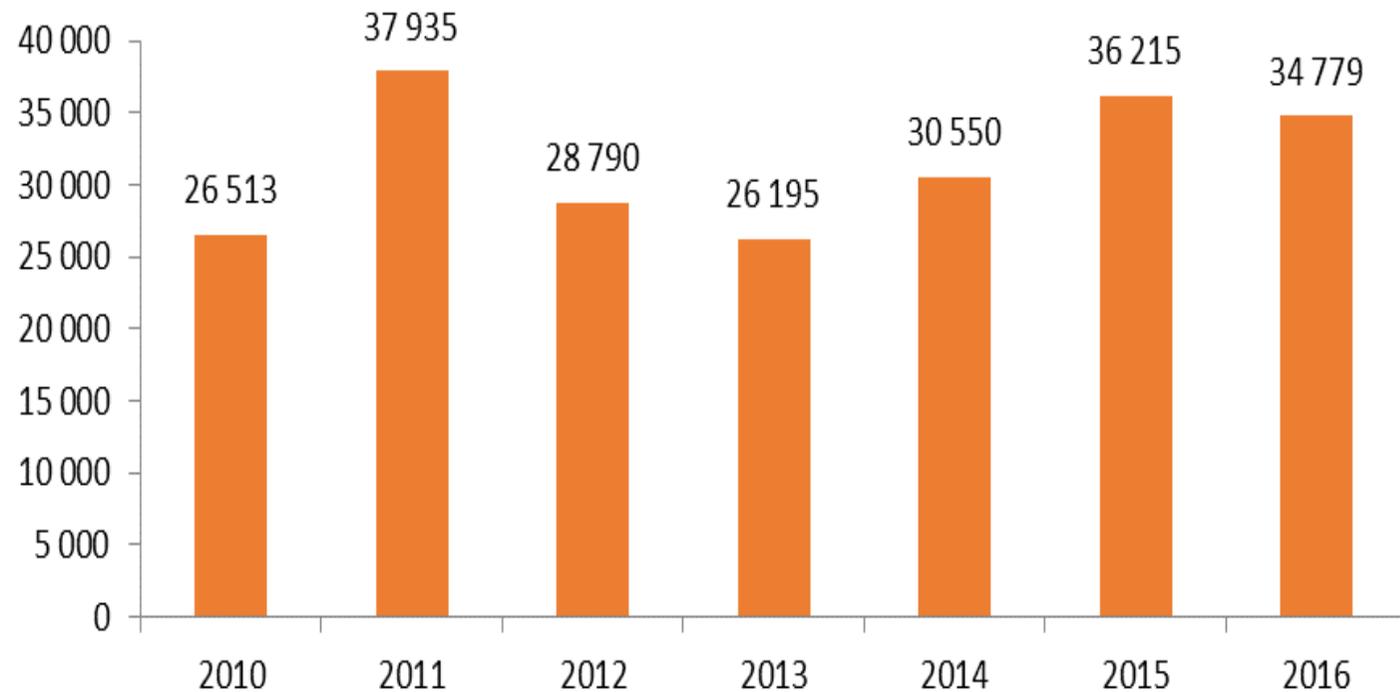


Gráfico 1 – Evolução do número total de visitas ao PAVC (museu e núcleos de arte rupestre), entre 2010 e 2016, verificando-se um decréscimo de visitantes no último ano.

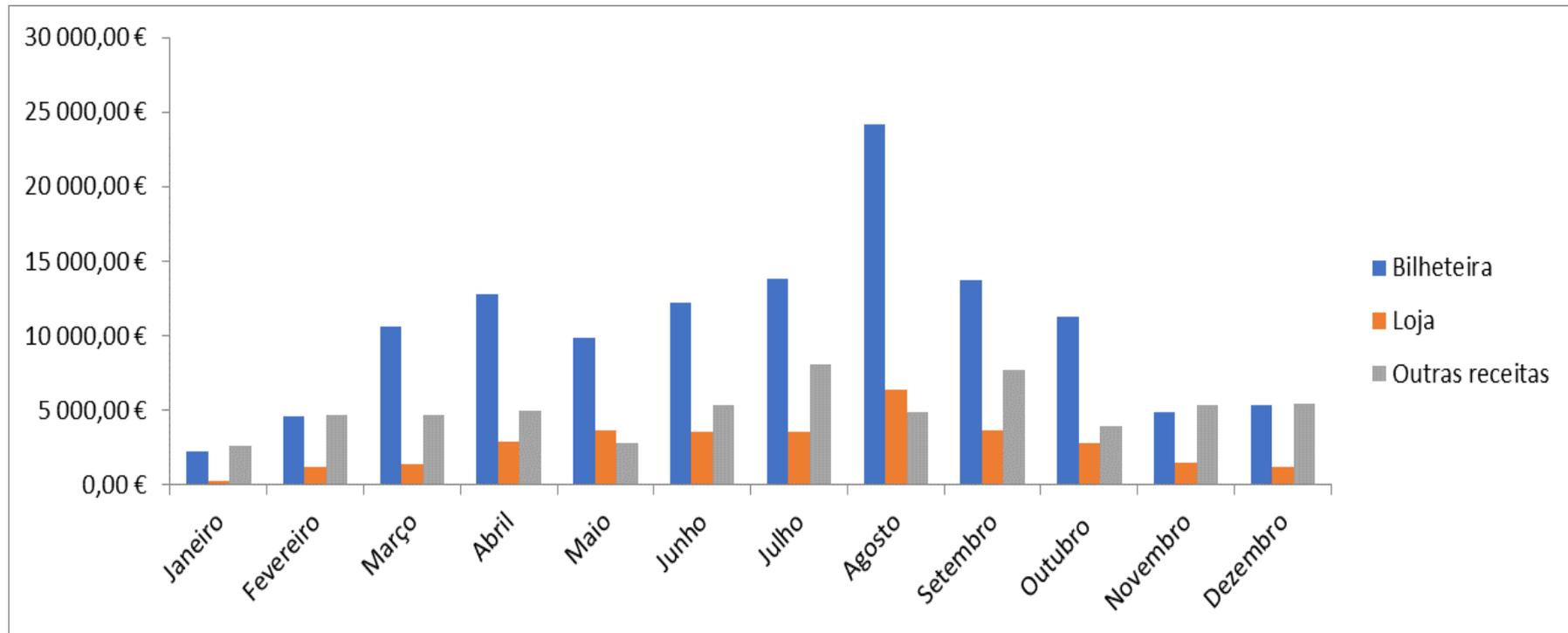


Gráfico 2 – Evolução das receitas de operação durante o ano 2016.

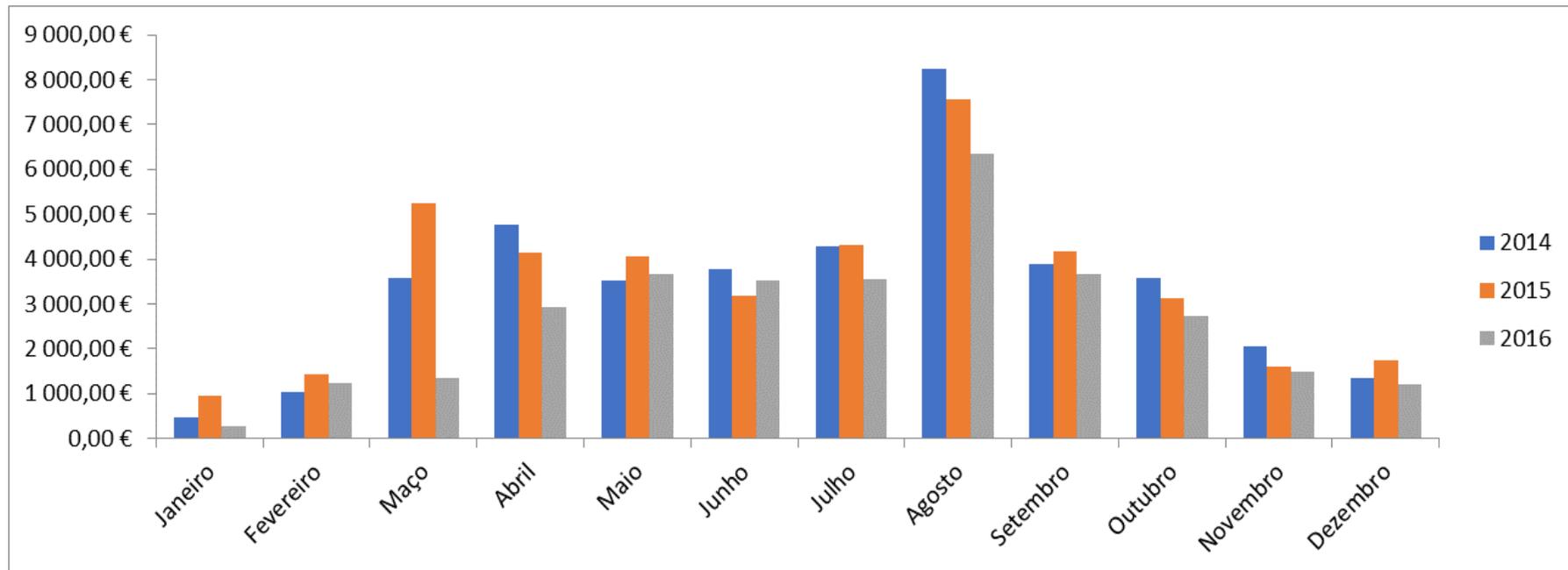


Gráfico 3 – Evolução das receitas mensais de loja em 2014, 2015 e 2016, sendo perceptível um decréscimo de receitas durante esse período.

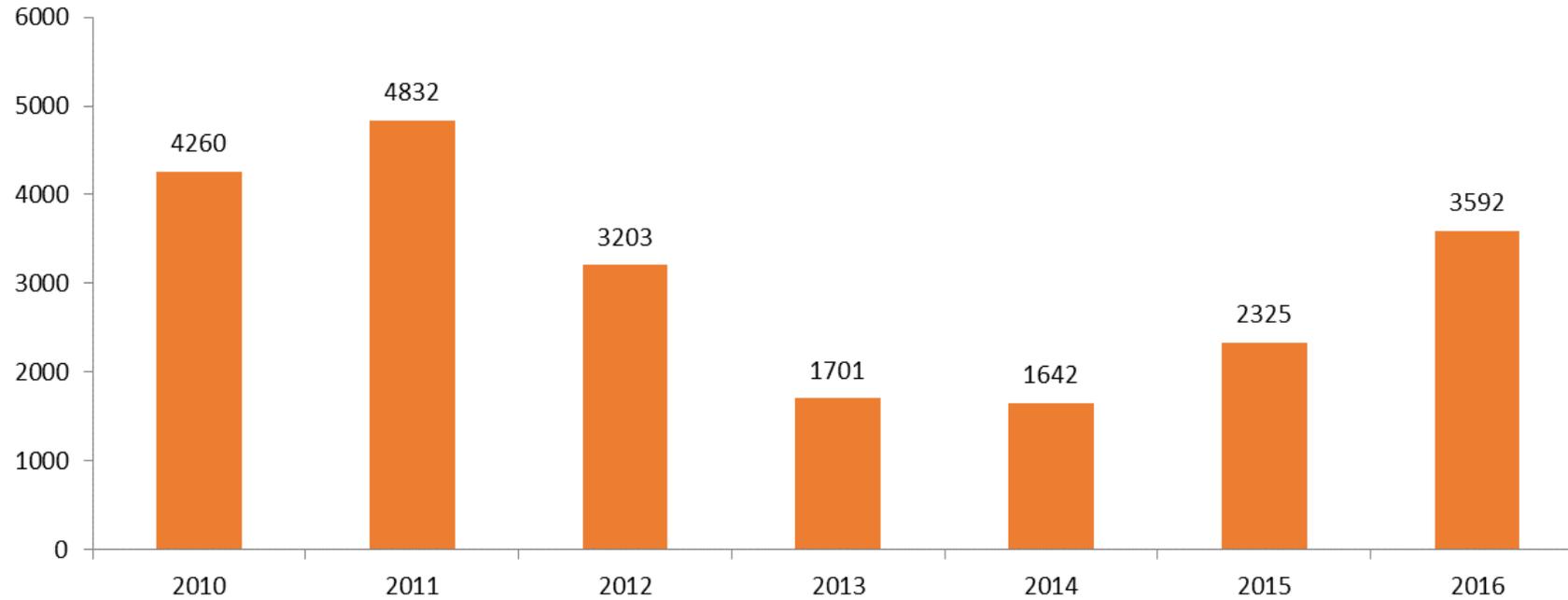


Gráfico 4 – Evolução do número de visitas realizadas por operadores privados, entre 2010 e 2016.

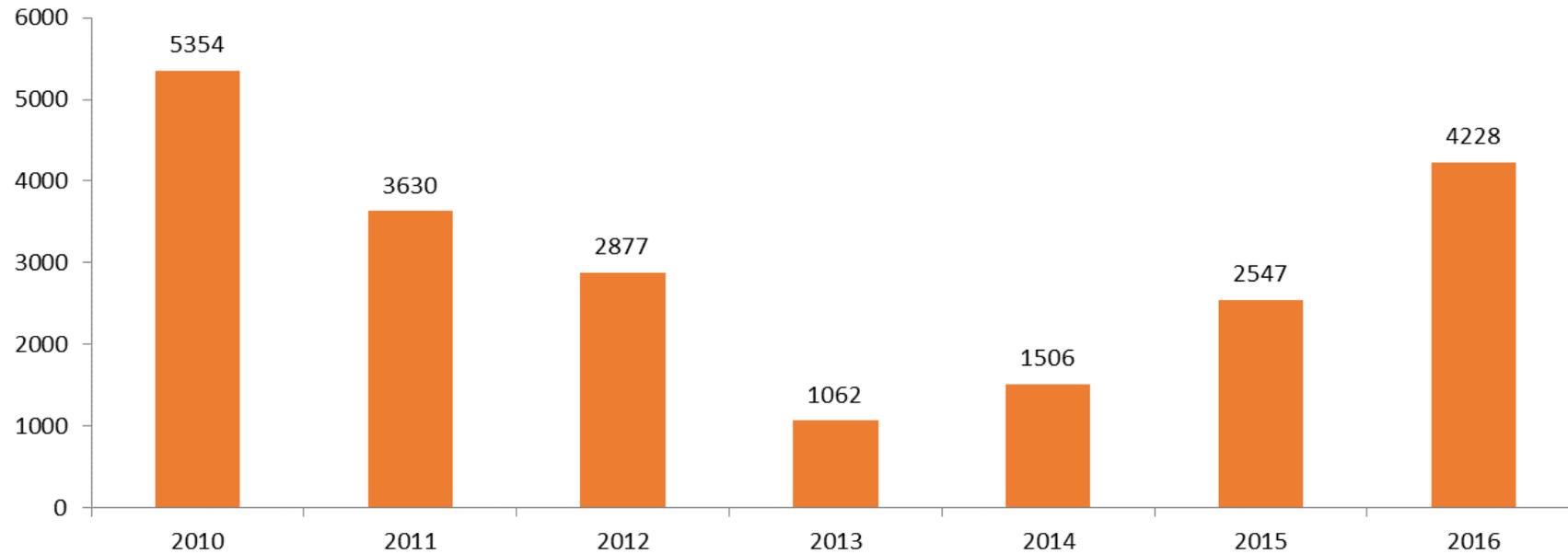


Gráfico 5 – Evolução do número de visitas culturais e educativas, entre 2010 e 2016



Pressupostos Estratégicos

A definição de uma estratégia de ação de médio prazo, consistente e integradora, que reflita fielmente as linhas orientadoras das tutelas governamentais, expressas na já referida Resolução do Conselho de Ministros, e atenda às idiossincrasias do território e do próprio desígnio basilar de protecção, conservação, investigação, e divulgação da diversidade de patrimónios existentes na área do Parque Arqueológico do Vale do C^oa, a que a Fundação C^oa Parque está vinculada, justifica que se considere a observância de um conjunto de pressupostos norteadores das opções tomadas, que depois tenham repercussão direta na elencagem dos principais objectivos e respectivas linhas de acção.

Neste contexto, impõe-se uma reflexão aprofundada em torno da necessidade de reconhecimento e inscrição do Parque Arqueológico do Vale do C^oa como património comum, vinculando a comunidade local, regional e nacional à responsabilidade da sua salvaguarda, preservação e valorização; da importância da reabilitação e reafirmação deste projecto à escala global, potenciando a colaboração em rede; da pertinência da sua reintegração no contexto territorial próximo; da oportunidade da sua abertura à investigação científica integrada; da sua afirmação como ativo turístico de referência, no plano interno e externo; e da inevitabilidade da reformar e re-operacionalizar os recursos existentes.

Reconhecer o Parque Arqueológico do Vale do C^oa como Património comum

A responsabilidade da salvaguarda, preservação e valorização de todo o património histórico, cultural e natural deste território, é transversal a toda a comunidade, a nível local, regional e nacional, devendo concorrer para a



mitigação de desequilíbrios, para a coesão territorial, para a consolidação da acção educativa e reforço da cidadania.

Esta coresponsabilização implica reconhecimento, articulação e cooperação entre múltiplas entidades, em diversas escalas, desde as estruturas que se encontram na esfera de atuação do Ministério da Cultura, Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Ministério da Economia, Ministério do Ambiente, até às diversas instituições de ensino, ao tecido associativo regional e local (Associação de Municípios do Vale do Côa, Associação de Desenvolvimento Territórios do Côa, Associação de Desenvolvimento do Douro Superior), municípios cujo território integra o Parque Arqueológico do Vale do Côa (Vila Nova de Foz Côa, Figueira de Castelo Rodrigo, Mêda e Pinhel), mas envolvendo também a iniciativa privada, sejam empresas de dimensão nacional e internacional, que queiram associar-se ao projecto da Fundação, no âmbito da sua política de responsabilidade social, sejam investidores cujas iniciativas empresariais se articulem, directa ou indirectamente, com a actividade da Fundação.

Reafirmar o Parque Arqueológico do Vale do Côa nos circuitos culturais e turísticos, nacionais e internacionais

Um desígnio central, que exige uma visão holística, visando não apenas a salvaguarda e a preservação integral de um património único e inimitável, cuja existência é particularmente frágil e vulnerável, mas que potencie a sua valorização enquanto ativo estratégico de referência, beneficiando da tendência internacional para encarar o Património Cultural como força de transformação social. A acção da Fundação Coa Parque terá de concentrar-se na definição de um modelo de gestão que contemple a integração da sua atividade nos principais circuitos culturais e turísticos, nacionais e internacionais, que



concorram para o reforço e consolidação da sua imagem enquanto projecto cultural bem-sucedido, inspirado pelas melhores práticas do setor.

O Parque Arqueológico do Vale do Côa, pelo excepcional legado histórico e natural que encerra, beneficiando da prestigiada chancela da UNESCO, que elevou a Arte Pré-Histórica do Vale do Côa e o Alto Douro Vinhateiro ao estatuto de Património da Humanidade, exigem que este se afirme como um ativo turístico de referência nacional e internacional, que acrescente valor ao esforço de internacionalização do País. Nesse sentido, impõe-se reformular a experiência turística no museu e nos núcleos de arte pré-histórica abertos à fruição pública, promovendo a actualização de conteúdos e a criação de novas ferramentas discursivas e expositivas, mais interactivas e acessíveis que, sem qualquer cedência na exigência de rigor científico, respondam à efectiva expectativa do perfil de visitante sensível ao turismo cultural. A necessidade de captação de mais público implicará, também, um investimento significativo na melhoria dos materiais de divulgação, quer ao nível da comunicação, com reforço da presença da instituição nos principais canais de disseminação de informação, quer ao nível da promoção, assente, nomeadamente, numa linha de *merchandising* personalizada e atrativa que consolide as marcas do Museu do Côa e do Parque Arqueológico do Vale do Côa.

Reintegrar o Parque Arqueológico do Vale do Côa no contexto territorial próximo

As fronteiras administrativas do Parque procuraram integrar toda a extensão de arte rupestre existente no Vale do Côa. Todavia, o Parque insere-se num contexto territorial alargado, espaço charneira entre Trás-os-Montes e a Beira, onde coexistem patrimónios igualmente singulares, como o Alto Douro Vinhateiro, o Douro Internacional e bacia do Sabor.



Este território, que partilha uma mesma matriz climática, orográfica e histórica, apresenta outras valências muito significativas e diversificadas do ponto de vista dos recursos endógenos, materiais e imateriais, que se revelam em património edificado, natural e cultural, de qualidade excepcional.

Importa também considerar, como extensão natural deste território (além de extensão do Património Mundial do Côa, desde 2010), o sítio de arte rupestre de Siega Verde, na área administrativa de Castilla y León (Espanha), com quem poderão ser criadas novas dinâmicas de cooperação transfronteiriça, que acrescentem valor aos dois lados da raia ibérica.

Importa reconhecer, conhecer melhor e articular esse património, valorizando a memória colectiva e sentido de identidade que, encontrando no Parque Arqueológico do Vale do Côa a sua reserva patrimonial mais significativa, não se esgota nessa realidade. As complementaridades amplificam-se mutuamente. A Fundação deverá instituir-se como uma plataforma de capacitação de recursos endógenos, uma verdadeira porta de entrada para a região, centralizando a informação turística, que se encontra dispersa e totalmente desarticulada; oferecendo soluções de fruição integrada, em articulação com os operadores turísticos privados locais; assumindo-se como parceiro estratégico incontornável dos circuitos turísticos já existentes e promovendo a criação de novas rotas temáticas como a Rota dos Castelos, a Rota dos Castros e Verracos, a Rota do Românico do Vale do Côa, a Rota do Património Sacro, entre outras.

Aprofundar o conhecimento integrado do Parque Arqueológico do Vale do Coa

O Vale do Coa revela-se um território de investigação por excelência, onde se inscreve e é possível ler, numa fita do tempo contínua, a relação do Homem com o Meio desde o Paleolítico até à contemporaneidade.

Interpretar a história passada e o contexto actual do PAVC na perspectiva de um futuro que assegure o reconhecimento, salvaguarda e divulgação do património



material e imaterial que lhe está afecto e favoreça o envolvimento e a participação local, requer uma fundamentação rigorosa, procedente de múltiplas áreas do saber.

A investigação científica constitui, assim, suporte ao autoconhecimento integrado, e acreditado, que deve informar o desenvolvimento socioeconómico harmonioso e a valorização dos territórios em que o Parque se integra.

Visando a partilha alargada desse conhecimento e o estabelecimento de práticas de trabalho científico cooperativo, sublinha-se a relevância da adopção dos procedimentos inerentes ao conceito de Ciência Aberta e dos métodos de disseminação a ela associados através das tecnologias digitais, que permitem disponibilizar à comunidade não só produção científica estruturada como, também, os saberes e os contextos que constituem a matéria-prima da investigação.

O quadro técnico da Fundação tem desenvolvido investigação científica no âmbito do estudo da Arte do Côa e do património arqueológico presente na área do Parque. O seu envolvimento em trabalhos de campo (escavação e prospecção) e de gabinete (registo, inventário), assim como na publicação de livros, artigos e teses, tem ampliado progressivamente o conhecimento sobre o valiosíssimo, e único, acervo patrimonial do território e projectado, nacional e internacionalmente, a notoriedade do PAVC.

A intensificação desta actividade científica é crucial e intrínseca à própria existência do Parque Arqueológico, pelo que o seu incremento e valorização deverá constituir o cerne dos objectivos estratégicos no eixo da Ciência no PAVC.

Mas a vasta natureza e importância dos bens patrimoniais ambientais - naturais, edificados e culturais - que o PAVC inclui, justificam a importância de alargar a investigação científica a outras áreas do saber. Num processo de amplificação mútua, o conhecimento sobre os numerosos e diversificados contextos - entre a renaturalização e a produção agrícola intensiva - que enquadram o bem



articulação com a maior agilidade de processos que decorre do seu estatuto de autonomia e direito privado, tendo sempre em vista a adopção de uma política de rigor e transparência, permanentemente comprometida com a defesa do interesse público.



Análise SWOT

Pontos Fortes	Pontos Fracos
<ul style="list-style-type: none"> • Património histórico, cultural e natural, beneficiário do estatuto de Património Mundial da Humanidade; • Património paisagístico e edificado da região do Vale do Côa muito rico, diversificado e adaptável a diferentes alvos e produtos turísticos; • O PAVC dispõe de biodiversidade de habitats, riqueza das paisagens, da flora e fauna; • Legado histórico do PAVC; • Elevado potencial para o desenvolvimento da cooperação científica e tecnológica; • Existência de estruturas edificadas de apoio ao Parque - Museu e Centros de Recepção – de notável qualidade; • Contiguidade ao Alto Douro Vinhateiro, também Património Mundial, classificado pela UNESCO; 	<ul style="list-style-type: none"> • Dificuldade em manter e atrair recursos humanos qualificados e atividades económicas dinâmicas; • Formação insuficiente em matéria de hotelaria, restauração, animação, e número limitado de guias turísticos, em termos globais, e para produtos turísticos como o PAVC; • Sistema atual de visitas ao Parque Arqueológico impeditivo de acréscimo de visitantes à região, apesar dos esforços recentes; • Fraca estruturação do produto turístico e concomitante reduzida atividade promocional do Museu do Côa, do Parque Arqueológico do Vale do Côa, nomeadamente nos circuitos de distribuição, bem como fraco desempenho dos respetivos intervenientes no sistema turístico; falta de investimento público; • Comunicação deficiente e desorganizada induz imagem dúbia e contraditória do Vale do Côa, aos turistas atuais; • O sistema de vigilância revela-se inadequado à efetiva proteção dos bens patrimoniais; • Grave inadequação das redes TIC de comunicação; • Ausência de um Plano de Ordenamento do Parque Arqueológico; • Reduzida interação com os atores locais, institucionais e privados;



Oportunidades

- Construção identitária do destino Vale do Côa com base na diversidade do seu património cultural e natural, em particular as gravuras rupestres, classificadas pela UNESCO como Património da Humanidade;
- Património histórico, cultural e natural, reúne todas as condições para se instituir como motor de coesão e desenvolvimento regional.
- Contexto patrimonial edificado e de biodiversidade de eminente interesse para a investigação científica;
- Proximidade com Siega Verde e com o Douro Internacional;
- Crescimento da procura turística no Rio Douro, que abre boas perspectivas para dinamizar visitas ao Museu;
- Aposta crescente dos operadores turísticos, em proporcionarem experiências únicas e sofisticadas aos seus clientes, aproveitando a apetência de alguns nichos de mercado, mais interligados com a fruição cultural e patrimonial;
- A região do Vale do Côa beneficia de uma pluralidade de pontos de interesse turístico que, devidamente articulados, poderão constituir rotas temáticas;
- Existência de quintas vitivinícolas de grande qualidade e tradição, que contribui para a atração de turistas mais sensíveis à fruição cultural e patrimonial;
- Presença dos Rios Douro e Côa como canais navegáveis para a

Ameaças

- Multiplicidade de atores institucionais e privados que dificulta a interação articulada e a gestão integrada do território;
- Interesses contraditórios na definição da vocação do território, oscilando entre a renaturalização e a progressiva ocupação para exploração agrícola;
- Atos de vandalismo;
- Dificuldades de articulação entre as entidades responsáveis pela dinamização do Turismo na região do Vale do Côa;
- Incapacidade de afirmar o PAVC como ativo turístico de relevância nacional e internacional, com consequências nas receitas da Fundação;
- Fraca oferta turística (hotéis, restaurantes, animação, eventos, *rent-a-car*, serviços de saúde) e com ocupações baixas e sazonais;
- Dispersão e atomização da oferta turística.



dinamização do turismo fluvial e cenário de dois rios com reconhecimento efectivo ao nível do eixo turístico-fluvial.



Missão, Visão e Metas

Missão

Salvaguarda, conservação, investigação, divulgação e valorização da arte rupestre do Vale do Côa.

28

Visão

Afirmar o Parque Arqueológico do Vale do Côa como um ativo estratégico de referência nacional e internacional, nas áreas do Património, da Ciência e do Turismo, desempenhando um papel fundamental no desenvolvimento económico e social da região.

Metas

Procura	<ul style="list-style-type: none">• Duplicar o número de visitantes ao PAVC• Superar 60.000 visitantes no Museu do Côa• Atingir 14.000 visitantes nos núcleos de arte rupestre
Receitas	<ul style="list-style-type: none">• Atingir meio milhão de receitas operacionais (passar de 217 mil € para 500 mil €), representando crescimento de 130%• Mais que duplicar o número de empresas protocoladas a comercializar a oferta turística ao PACV
Sustentabilidade	<ul style="list-style-type: none">• Aumentar o número de alunos beneficiários de ações e de serviços PAVC• Atingir o nível de satisfação dos visitantes acima de 90%



Metas

Procura	• Museu: superar 60.000 visitantes
---------	------------------------------------

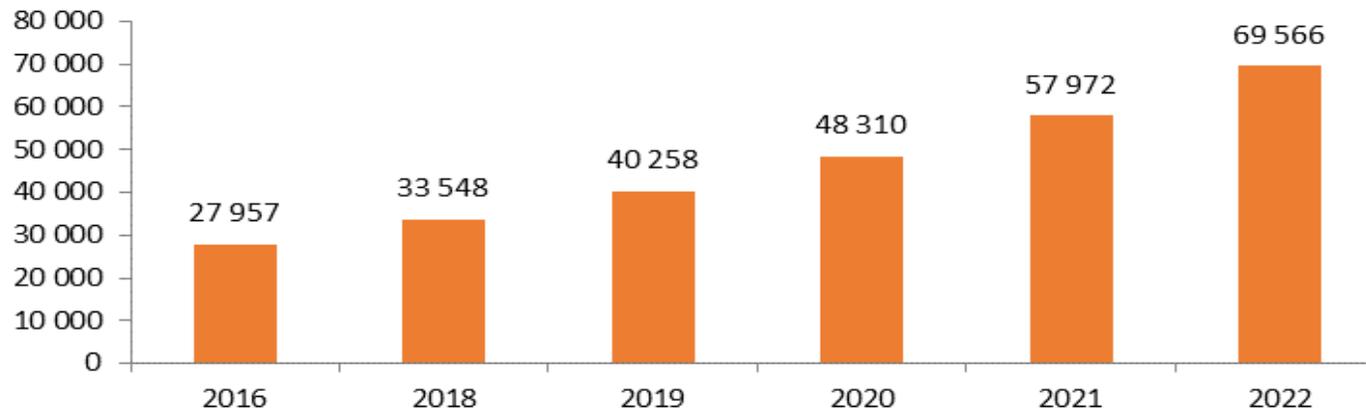


Gráfico 6 – Previsão de visitantes no Museu do Côa – 2018-2022, com uma Taxa de Crescimento Médio Anual de 20%.



Metas

Procura	• Núcleos de arte rupestre: atingir 14.000 visitantes
----------------	--

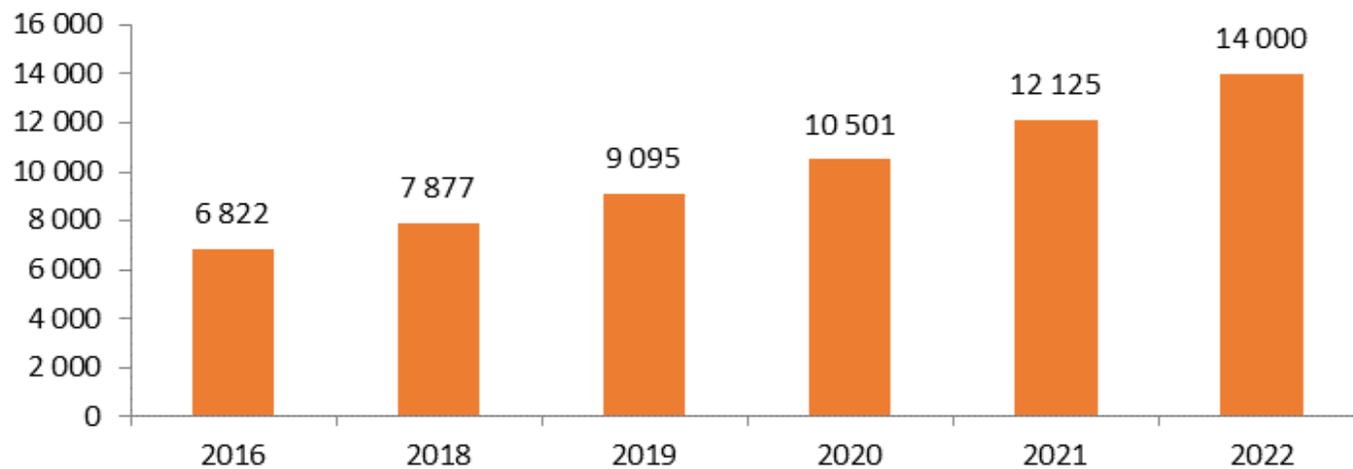


Gráfico 7 – Previsão de visitantes nos núcleos de arte rupestre – 2018-2022, com uma Taxa de Crescimento Médio Anual de 15,46%.



Metas

Receitas	<ul style="list-style-type: none">• Atingir meio milhão de receitas operacionais (passar de 217 mil € para 500 mil €), representando crescimento de 130%
-----------------	---



Gráfico 8 – Previsão de receitas – 2018-2022, com uma Taxa de Crescimento Médio Anual de 18,1%.



Objetivos Estratégicos e Ações

Face aos pressupostos identificados anteriormente, importa agora definir o conjunto de eixos, devidamente articulados com os objectivos e acções que enformarão o desenho de uma estratégia de governança e investimento, de médio prazo, coerente, consistente e integradora:

32

1. Uma **estratégia ambiental e territorial**, baseada em critérios de sustentabilidade, que salvguarde e valorize os recursos naturais e produtivos, articulando-os de forma equilibrada entre a renaturalização e a actividade produtiva, ambos em expressivo crescimento, num contexto paisagístico sensível e de extraordinário valor; que assente em objetivos de coesão e desenvolvimento, promova um desenvolvimento sustentado e sustentável; que ative programas e projetos de gestão e a salvaguarda do património ambiental, natural e edificado.
2. Uma **estratégia de governança e de parcerias**, que dinamize a concretização do Plano Estratégico, a concertação com os actores internos e externos, a coordenação e monitorização de actividades e programas; que reconheça as entidades afins e as alianças essenciais nas várias áreas estratégicas, que defina a relação com os municípios que integram o PAVC e com o território do Vale do C^oa, com o Douro Internacional, Siega Verde e a Junta de Castilla e León.
3. Uma **estratégia científica e de internacionalização**, que promova o desenvolvimento da investigação científica e a sua abertura e internacionalização, tendo em vista tornar o PAVC num espaço de investigação científica de referência, sustentando estratégias de desenvolvimento territorial sensíveis, articuladas e eficazes; que



disponibilize em acesso aberto a informação e dados científicos existentes sobre o território; que promova, apoie e sustente estudos de desenvolvimento local e regional.

4. Uma **estratégia para a atratividade turística e desenvolvimento socioeconómico**, que aumente a atratividade, amplie e qualifique as condições de recepção a visitantes nas múltiplas vertentes que a Fundação Coa Parque oferece, através de equipamentos capazes de servir de centro de recepção, divulgação e demonstração (museu, centros de recepção) e locais preparados para essa divulgação e fruição (núcleos de arte); que disponibilize formas diferenciadas de fruir as qualidades do Parque (visitas, percursos, oferta cultural); que favoreça a criação de emprego e coesão social.
5. Uma **estratégia cultural e de comunicação**, que promova uma oferta cultural de alta qualidade em território Património da Humanidade, que acolhe desde pré-história antiga aos nossos dias, manifestações humanas artísticas; que potencie o seu reconhecimento, através da acessibilidade e divulgação do bem patrimonial; que estimule a disseminação de conhecimento e a consciência identitária das comunidades.

1 - Valorizar o território e os seus recursos, requalificar infraestruturas e equipamentos e proteger o PAVC

- Redefinir e reforçar os sistemas de vigilância e controlo de acessos ao Museu do Côa e Parque Arqueológico do Vale do Côa;
- Definir um Plano de Prevenção de Riscos e Sustentabilidade para o território do PAVC;
- Desenvolver um plano de conservação para o Património do PAVC;



- Solucionar o problema das inconformidades identificadas na construção do edifício do Museu do Côa;
- Elaborar e implementar um plano de eficiência energética para o Museu do Côa;
- Atualizar os equipamentos e as redes de infraestruturas tecnológicas da Fundação;
- Intervir na recuperação e construção de novos equipamentos para recepção de visitantes nos núcleos de arte rupestre abertos ao público;
- Promover, em parceria com as autarquias locais, a beneficiação regular dos acessos aos núcleos de arte rupestre;
- Garantir a operacionalidade dos veículos da Fundação, nomeadamente os que asseguram as visitas ao território, promovendo a aquisição de novas viaturas;

2 – Refuncionalizar a gestão e valorizar o potencial humano

- Apostar na valorização profissional e pessoal de todos os funcionários, criando condições de trabalho que promovam o seu reconhecimento;
- Fomentar o espírito de polivalência, entreajuda e solidariedade profissional, entre funcionários, que aprofunde os laços de identidade corporativa;
- Reformular os procedimentos administrativos e financeiros, tendo em vista o reforço das competências da Fundação, a optimização da sua racionalidade e eficiência, subordinadas às exigências da contemporaneidade e aos princípios incontornáveis do rigor e da transparência;
- Envolver efectivamente todas as entidades financiadoras da Fundação e incrementar a obtenção de receitas próprias, de modo a garantir a sustentabilidade económica e financeira do projecto;



- Envolver o mecenato cultural no apoio às actividades regulares da Fundação;
- Estabelecer como meta de médio prazo para a Fundação a sustentabilidade financeira da sua operação corrente, com base nas receitas próprias;
- Cooperar com todas as iniciativas públicas e privadas que realizem os objectivos de uma política cultural e educativa concertada;
- Identificar, com carácter regular, todos os instrumentos financeiros susceptíveis de serem alocados ao projeto da Fundação.
- Apostar no estabelecimento de parcerias estratégicas com empresas nacionais e internacionais, de grande notoriedade pública, que valorizem e complementem a operação e a marca da Fundação C^oa Parque;
- Aprofundar as parcerias existentes com os operadores turísticos privados da região, envolvendo-os na actividade regular da Fundação;
- Envolver o tecido comercial regional na dinamização dos espaços de fruição pública da Fundação;
- Criar instrumentos de planeamento e gestão integrada do PAVC, que promovam a salvaguarda dos recursos endógenos e o seu desenvolvimento sustentado, contribuindo para a coesão territorial;
- Melhorar e adaptar os horários de funcionamento da Fundação às necessidades do mercado turístico e educativo;

3 – Aprofundar o conhecimento e promover a I&D

- Delinear uma estratégia específica de I&D que oriente as políticas a adoptar pela Fundação, em articulação com universidades e centros de investigação;
- Promover a investigação científica, na área do PAVC, e a sua internacionalização, tendo em vista o conhecimento multidisciplinar do território e um desenvolvimento equilibrado, que contemple as principais



vertentes socioeconómicas (designadamente o turismo, vitivinicultura e produção agrária, indústrias extractivas);

- Promover o inventário sistemático do património, na área dos PAVC;
- Desenvolver uma cultura de Ciência Cidadã, através da Acção Educativa e da colaboração com entidades e instituições locais;
- Colocar o conhecimento técnico-científico da Fundação ao serviço das actividades desenvolvidas pelos diversos actores locais, regionais e nacionais;
- Activar programas que dinamizem o voluntariado científico, em acções a desenvolver na área do PAVC;
- Integrar a Fundação nas redes de circulação de conhecimento nacionais, transfronteiriças e internacionais, nas áreas da arqueologia, património, natureza e turismo;
- Aproximar a Fundação de instituições congéneres internacionais, aproveitando, designadamente, a rede diplomática portuguesa e a acção do Instituto Camões;
- Proceder à sistematização do conhecimento produzido sobre o território do Vale do Côa e disponibilizá-lo à comunidade científica e à sociedade em geral;
- Promover a realização de congressos, colóquios, workshops, conferências e acções de formação, nas diversas áreas que enformam a missão da Fundação, que tenham efectivo impacto regional, nacional e internacional;

4 – Estruturar, comunicar e projetar a oferta turística do PAVC

- Dotar o Museu do Côa de mais e melhores condições de visitação turística (espaços, conteúdos, equipamentos, experiências, horários);
- Melhorar as condi oes de visita o aos núcleos das gravuras rupestres (qualifica o de caminhos, viaturas, centros de recep o);



- Estruturar e consolidar ofertas turísticas do Museu e no PAVC;
- Criar e desenvolver novos produtos turísticos (possibilidade de oferecer novos sítios de arte rupestre e novas modalidades de visita);
- Abrir o PAVC à iniciativa privada (mais empresas, guias turísticos, operadores turísticos e agentes de viagem a operarem no PAVC);
- Projetar e comunicar o PAVC (novos e melhores conteúdos comunicacionais, materiais promocionais, presença online e nas redes sociais, merchandising, feiras);
- Facilitar o processo de reserva de visitas ao PAVC, incluindo online;
- Afirmar o Museu do Côa como equipamento de natureza multifuncional, promovendo-o nos segmentos institucional e empresarial, para a realização de eventos corporativos.

5 – Proporcionar um serviço educativo e cultural de referência às comunidades

- Promover a formação e a sensibilização de públicos, dos mais diversos contextos, para a importância do Património Cultural e Natural da região do Vale do Côa;
- Dinamizar a actividade dos serviços educativos, junto dos vários públicos, oferecendo uma programação de referência, regular, diferenciadora e complementar, nas áreas da História, Geologia, Biologia;
- Aproximar o Museu do Côa e o património existente no PAVC da comunidade escolar de Portugal e Espanha, em articulação com os respectivos planos educativos;
- Aproximar o Museu do Côa e o património existente no PAVC da comunidade local, sensibilizando-a para a importância do património, à guarda da Fundação Côa Parque, enquanto elemento estruturante da sua própria identidade;



- Envolver as estruturas associativas e demais entidades públicas e privadas da região nas opções estratégicas de gestão;
- Desenvolver uma programação cultural interdisciplinar, de excelência, que se institua como marco de inovação territorial;
- Reativar o projeto de arte contemporânea do Museu do Côa, nomeadamente pelo estabelecimento de parcerias com instituições de referência como a Gulbenkian, CCB, Culturgest, Serralves, Alfândega do Porto, Museu Reina Sofia, Museu Berardo, Galerias Municipais de Lisboa, Museu do Douro, mas também de coleções privadas e projetos artísticos, que assegurem uma programação de referência para as salas de exposição temporária;
- Aproximar o Museu do Côa da Rede Portuguesa de Museus;
- Aproximar a Fundação Côa Parque da Rede do Património Mundial de Portugal;



Plano de Atividades para 2018

Tomando por base o referencial do Plano Estratégico da Fundação Côa Parque 2018-2022, o plano de actividades para o ano 2018 reflete já as mudanças que o novo Conselho Diretivo pretende ver introduzidas na gestão da instituição e nas opções concretas de investimento. Consequentemente, as acções que aqui se preveem têm correspondência directa com os objectivos e acções identificados naquele documento.

Salienta-se a importância das comemorações do 20º aniversário da classificação da Arte do Côa como Património da Humanidade, momento propenso a reflexões de balanço sobre o que têm sido as dinâmicas de salvaguarda e valorização do património cultural e natural do Vale do Côa, mas também de previsão relativamente ao futuro da missão da Côa Parque. A data redonda que se assinala será, nesse sentido, um pretexto galvanizador para o relançamento da visibilidade deste projeto e de reestruturação das dinâmicas de atuação dos vários serviços, prevendo-se o desenho de um programa de comemorações abrangente e diversificado, com iniciativas impactantes, que consigam granjear notoriedade regional, nacional e internacional, favorecendo o reforço da atratividade do território e do Museu do Côa.

2018 será, de resto, o ano da execução do Programa Valorizar - Valorização turística do Museu e Parque Arqueológico do Vale do Côa, Património da Humanidade, projeto financiado pelo Turismo de Portugal e enquadrado nos objectivos da Estratégia 2027 e RIS3 Centro, nomeadamente no que respeita ao Eixo: Valorizar o Território.

Este projecto visa mobilizar a comunidade de pessoas, empresas e organizações deste território para uma missão valorizadora de competências, de qualidade, de inovação e de capacitação competitiva, em face dos desafios que a globalização implica nos espaços de baixa densidade populacional, dotados de tecidos económicos com manifestas carências para enfrentar a forte



competição que marca os negócios do turismo contemporâneo. Foi elaborado justamente para colmatar aquela lacuna, visando colocar o activo estratégico História, Cultura e Natureza ao serviço do desenvolvimento equilibrado e sustentado do território, seja pelo incremento da actividade da Fundação, afirmando a sua responsabilidade na promoção de um turismo de grande pluralidade de pontos de interesse; seja pela criação de um ambiente favorável à criação e consolidação de negócios privados – *tour operators* e empresas de animação turística – potenciando a possibilidade de organizarem diversos formatos de produtos de turismo e lazer; seja pelo reforço do envolvimento e participação das comunidades regionais e locais, que favoreça a criação de laços identitários com o património.

O carácter inovador desta candidatura fica bem evidenciado pelo recurso a novos suportes tecnológicos que permitirão aumentar a capacidade de resposta dos serviços e melhorar substancialmente a experiência da visita ao Museu do Côa, reforçando a interactividade dos seus conteúdos com vários perfis de utilizador, em diversas plataformas de acesso. Também a disponibilização de um conjunto diversificado de actividades e eventos gerará uma nova dinâmica de fruição cultural que reputamos indispensável para a captação e formação de novos públicos.

Na área do Parque Arqueológico do Vale do Côa deve ser mencionado o potencial de inovação que a introdução de sistemas de videovigilância junto dos núcleos de gravuras rupestres abertos à actividade turística, acarreta para o esforço de salvaguarda e preservação do património; o mesmo sucedendo com a projectada dinamização dos centros de recepção, para onde se prevê que conflua um número cada vez mais expressivo de visitantes, atraídos por novas e mais eficazes ferramentas de promoção e divulgação, mas também pela expectativa de uma fruição feita com a comodidade, conforto e segurança resultantes da beneficiação dos caminhos de acesso e da utilização de novas e mais adequadas viaturas para o seu transporte.



1 – Valorizar o território e os seus recursos, requalificar infraestruturas e equipamentos e proteger e salvaguardar o PAVC

- Reformulação das modalidades de vigilância humana, videovigilância e controlo de acessos aos espaços do Museu do C^oa e PAVC;
- Elaboração de um Plano Integrado de Gestão de Riscos e Sustentabilidade para a área do PAVC;
- Resolução do problema das inconformidades na recepção do edifício do Museu do C^oa;
- Elaboração de um estudo de eficiência energética para o Museu do C^oa;
- Atualização do equipamento e das redes de infraestruturas tecnológicas
- Aquisição de novas viaturas e requalificação das existentes, para realização de visitas aos núcleos de arte rupestre;
- Melhoria das condições de funcionamento do auditório do Museu do C^oa – aquisição de equipamentos
- Recuperação dos centros de recepção de Castelo Melhor e Muxagata, dotando-os das valências materiais e humanas necessárias ao seu funcionamento regular, e construção de um centro de recepção na Canada do Inferno;

2 – Refuncionalizar a gestão e valorizar o potencial humano

- Criação de um organograma dos serviços, que identifique as principais áreas de intervenção da fundação, dotando-as da massa crítica necessária;
- Reafecção e capacitação do quadro do pessoal;
- Implementação de sistemas de avaliação adequados aos diversos tipos de vínculo, capazes de atribuir valor ao cumprimento dos objetivos definidos;



- Implementação de um sistema eletrónico, biométrico, de registo de assiduidade;
- Análise da possibilidade de novas admissões, seja por via de novos contratos individuais de trabalho, estabelecimento de avenças ou contratos por tarefa, bolsas de investigação (doutoramento e pós-doutoramento) e estágios profissionais;
- Lançamento de um concurso internacional para provimento do lugar de Coordenador Técnico-Científico;
- Reformulação de novos procedimentos administrativos e financeiros, em parceria com a Secretaria Geral da Presidência do Conselho de Ministros;
- Abertura de conta no Instituto de Gestão da Tesouraria e do Crédito Público;
- Revisão dos contratos de prestação de serviços;
- Revisão dos horários de funcionamento do Museu e PAVC;
- Resolução das questões pendentes relativamente à propriedade dos terrenos da EDP;
- Realização do inventário sistemático dos bens da Fundação;
- Realização de novas ações de formação aos guias da Fundação, quer para as visitas ao Museu, quer para as visitas aos núcleos de arte rupestre do vale do C^oa, quer em outros sítios de arte rupestre na região;
- Realização de novas ações de formação aos operadores turísticos parceiros da Fundação;

3 – Aprofundar o conhecimento e promover a I&D

- Criação de um Conselho Científico de apoio à definição e acompanhamento das políticas de investigação a adoptar pela Fundação;
- Envolvimento das universidades e centros de investigação na realização de programas e projectos I&D, dissertações e teses;



- Candidatura de projectos de investigação em áreas específicas, multidisciplinares, transfronteiriços e/ou internacionais, devidamente enquadrados na estratégia científica da instituição;
- Integração dos arqueólogos da Fundação em centros de investigação de excelência / criação de um Laboratório Colaborativo no Cova;
- Adopção de uma política de Ciência Aberta, através da constituição de um 'arquivo do conhecimento' digital, alojado numa área institucional a ser criada no Repositório Científico de Acesso Aberto de Portugal – RCAAP;
- Elaboração de um Inventário Científico Arqueológico e criação de uma base de dados, em actualização permanente – que incluirá mapeamento e georreferenciação, fundamental para o conhecimento sobre o território do Vale do Cova;
- Aquisição de software de gestão de bens móveis e imóveis, que permita ter sempre actualizado o inventário de todo o espólio Arqueológico e Museológico;
- Execução do projecto de investigação *PALAEOCOIA - A transição do Neandertal para o Homem Anatomicamente Moderno no Vale do Cova: ambientes, simbolismo e redes sociais* (PTDC/EPH-ARQ/0326/2014);
- Continuação da redacção do livro sobre o inventário dos sítios da arte do Cova, a publicar pela editora britânica de literatura arqueológica "Archaeopress";
- Continuação da inventariação da Base de Dados de Motivos Paleolíticos do Vale do Cova;
- Manutenção e reforço da prospecção arqueológica de sítios de arte rupestre na área do PAVC, fazendo-se, em simultâneo, a monitorização no terreno, a conservação do património e a actualização, em permanência, do inventário da arte rupestre do Cova;



- Organização do espólio de Arte Móvel proveniente do Aproveitamento Hidroelétrico do Vale do Sabor, em depósito nos arquivos do Museu do C^oa;
- Realização de conferências, seminários, congressos, workshops, cursos de verão.

4 – Estruturar, comunicar e projetar a oferta turística do PAVC

- Incremento do número diário de visitas guiadas ao Museu e ao PAVC;
- Melhoria da experiência de visita ao Museu do C^oa – espaços, conteúdos e suportes, mural do visitante;
- Aquisição de um sistema de áudio-guias para o Museu, assim como produção de conteúdos multimédia para exposição permanente, através de informação acessível por *QR Codes* e aquisição de novo equipamento museológico e de manutenção;
- Avaliação da possibilidade de virem a ser abertos novos sítios de arte rupestre à fruição pública;
- Estabelecimento de uma nova modalidade de visita aos núcleos de arte rupestre da Canada do Inferno e Ribeira de Piscos, por via fluvial;
- Reforço do número de parcerias com guias turísticos privados certificados;
- Produção de conteúdos comunicacionais sobre o PAVC para diversos canais de distribuição, de informação e promoção;
- Reestruturação do *website* da Fundação, introduzindo-lhe valências de promoção turística, conteúdos científicos, e interatividade com os serviços de bilheteira e loja; reforço da presença do PAVC e Museu do C^oa nas redes sociais;
- Desenvolvimento de uma plataforma de reservas online;
- Investimento numa linha de *merchandising* própria, que projete e consolide a imagem e a marca do Museu e do PAVC;



- Avaliação da conveniência de se proceder à concessão da loja do Museu, potenciando o reforço da presença de produtos de excelência da região do Vale do Côa;
- Estímulo à criação de rotas turísticas e visitas temáticas no território do Parque Arqueológico do Vale do Côa;
- Reativação do funcionamento dos centros de recepção de Castelo Melhor e Muxagata;
- Reorganização e melhoria do sistema de visitas aos núcleos de arte rupestre abertas ao público;
- Renovação e reconfiguração dos contratos com operadores turísticos de média e grande dimensão;
- Renovação e reconfiguração dos protocolos estabelecidos com as empresas de animação turística locais;
- Promoção do PAVC nos Postos de Turismo e nas unidades hoteleiras das regiões Norte e Centro;
- Participação em feiras de turismo, em articulação com parceiros estratégicos.
- Organização e acolhimento de *fam trips* e *press trips* com operadores turísticos e agentes de viagem;
- Avaliação contínua do nível de satisfação dos visitantes do Museu e PAVC
- Estabelecimento do perfil do visitante, de modo a monitorizar a procura turística do Museu e do PAVC;
- Avaliação da possibilidade de ligação terrestre facilitada entre Museu, gravuras rupestres e os rios Côa e Douro, nomeadamente pela criação de circuitos pedonais, em passadiço;
- Desenvolvimento de parcerias na formatação de programas turísticos integrados, nomeadamente com os museus de Serralves e Douro;



- Lançamento de uma nova experiência na visita ao Museu do C^oa, que permita aos visitantes deixar uma marca da sua passagem;
- Reforço e melhoria da sinalética do Museu do C^oa e PAVC, nomeadamente, na entrada dos concelhos de Vila Nova de Foz C^oa, Figueira de Castelo Rodrigo, Meda e Pinhel, e nos acessos estruturantes da Região, como IP2, A25, A4, IC5, EN222.

5 – Proporcionar um serviço educativo e cultural de referência às comunidades

- Desenvolvimento do programa Ciência Cidadã, através da Acção Educativa e da colaboração com entidades e instituições locais, que estimulem a disseminação do conhecimento junto da população residente e visitante;
- Reanimação do projeto “Visitas de divulgação local”, que vigorou nos últimos anos, junto da comunidade local, procurando-se uma melhor articulação com as Juntas de Freguesia dos concelhos integrados na área do PAVC;
- Desenvolvimento de atividades fora do Museu (centros culturais, auditórios, centros históricos) de forma a promover um maior envolvimento da comunidade local;
- Reforço da oferta de Oficinas de Arqueologia Experimental, realizadas ao longo de todo o ano, no Museu do C^oa, alargando o seu âmbito aos centros de recepção de Castelo Melhor e Muxagata, e às escolas da região do Vale do C^oa;
- Estabelecimento de contactos regulares e sistemáticos com os diferentes níveis e estabelecimentos de ensino, portugueses e espanhóis;
- Organização regular da actividade "O C^oa na Escola", com alunos das áreas da Arqueologia, Biologia e Geologia, em colaboração com a



escolas secundárias de Vila Nova de Foz Côa; Figueira de Castelo Rodrigo, Meda e Pinhel;

- Disponibilização, na programação regular da Fundação, das Oficinas Educativas para público juvenil: "Os Pequenos Arqueólogos" (8 aos 14 anos), "Era uma vez no Vale do Côa" (pré-escolar - 5 anos), Jogo "À descoberta do Vale do Côa" (todos os públicos), "Mexe-te cabrinha", oficina de animação (8 aos 14 anos); Jogo Família "Contra" Família, *Peddy-paper* "Uma Aventura no Museu do Côa – Caça à Gravura", "Esta é a minha Natureza", "Pelo caule da memória" e "Aniversário na Pré-História";
- Reformulação da exposição permanente do Museu do Côa, atualizando os dados científicos, com os recentes aportes da equipa de investigação, e imprimindo-lhe mais dinâmica e interatividade com recurso a novos equipamentos didático-pedagógicos;
- Continuação das atividades programadas para os dias comemorativos: Ao encontro do Museus do Côa, em colaboração com os municípios do Vale do Côa – 12 de Abril; Dia Internacional dos Monumentos e Sítios – 18 Abril; Dia Internacional dos Museus - 18 de Maio; Noite dos Museus – 19 de Maio; Dia Mundial da Criança – 1 de Junho; O Côa no seu Território – 28 de Junho; Dia do Parque – 10 de Agosto; Aniversário da Inauguração do Museu – 31 de Julho; Jornadas Europeias do Património – 26-28 de Setembro; Dia das Fundações e Doadores – 1 de Outubro); Dia da Cultura Científica – 24 de Novembro; Dia Internacional das Pessoas com Deficiência – 3 de Dezembro;
- Dinamização da actividade Astronomia no Verão, em parceria com a Universidade de Aveiro, Universidade do Porto e projecto DarkSky;
- Dinamização da iniciativa Acampamento da Biodiversidade, com a comunidade científica nacional;



- Participação nas Festas da Amendoeira em Flor, com a organização de passeios pedestres ao longo da Grande Rota do Vale do C^oa; eventos temáticos, em articulações com as quintas do Douro; provas de degustação no Museu do C^oa; e a iniciativa “Olhares Cativos”, com um convidado de grande notoriedade pública;
- Realização de um ciclo de conferências, no âmbito do Ano Europeu do Património Cultural;
- Exposições de Irène da Cunha (em parceria com o Museu Nacional de Arqueologia e várias instituições culturais suíças), José Pedro Marnoto (em parceria com o Museu do Douro), António Carmo e José de Guimarães (em parceria com a Bienal de Gravura do Douro);
- Exposição sobre a Arte do Vale do C^oa no Centro Cultural de Belém;
- Exposição sobre a Arte do Vale do C^oa na Fundação de Serralves;
- Exposição sobre a Arte do Vale do C^oa no Museu Arqueológico de Zagreb (Croácia), em parceria com o Instituto Camões;
- No âmbito das comemorações do 20^o aniversário da classificação da arte do Vale do C^oa como Património da Humanidade, serão realizados: Congresso Internacional de Arte Pré-Histórica; Congresso Internacional de Guias; exposições de arte contemporânea em parceria com a Galeria Júlio Pomar; exposição organizada pela C^oa Parque, comissariada por uma figura destacada da Arqueologia portuguesa; edição do primeiro volume dos cadernos de inventário da Arte do C^oa, em colaboração com a Associação dos Arqueólogos Portugueses;

Fontes de Financiamento

- Financiamento dos fundadores
- Portugal 2020
- POCTEP



- INTERREG
- Programa Valorizar
- Receitas próprias



Atividades já desenvolvidas

- Realização de REUNIÕES com colaboradores do PAVC | operadores turísticos locais, regionais e nacionais | potenciais parceiros estratégicos | prestadores de serviços externos | Ministério da Cultura | DGPC | Turismo de Portugal I.P. | Secretaria de Estado da Ciência | Tecnologia e Ensino Superior | Agência Portuguesa do Ambiente | ICNF | Secretaria Geral da Presidência do Conselho de Ministros | Autarquias | Associações de Desenvolvimento | ACÔA | Associações Culturais | Associação de Comerciantes | DRCN | DRCC | Fundação Museu do Douro | Associação Transumância e Natureza | Plataforma Ciência Aberta | Fundação para a Ciência e Tecnologia | Universidade do Minho | UTAD | RCAAP;
- Realização de várias reuniões com grandes grupos empresariais nacionais e internacionais, destinados ao estabelecimento de parcerias;
- Constituição de 5 GRUPOS DE TRABALHO para elaboração de Plano de Salvaguarda e Sustentabilidade do Parque Arqueológico do Vale do C^oa | Plano de Eficiência Energética | criação de uma rede de sensores para o território do PAVC | revisão da bilhética | criação de um organograma dos serviços, com correspondente identificação dos conteúdos funcionais;
- Acompanhamento activo do processo de resolução das inconformidades/deficiências identificadas na construção do Museu do C^oa (articulado com IHRU - dono de obra, DGPC, DRCC, Arquitetos). Empreiteiro iniciará obras no início do ano de 2018;
- Definição de uma nova política de preços, descontos e gratuidades – em vigor a partir janeiro 2018
- Definição de um novo mapa de horários de abertura e fecho do Museu – em vigor a partir de janeiro 2018
- Estabelecimento de novos horários e procedimentos de visitas aos núcleos das gravuras rupestres – em vigor a partir de março 2018



- Instituição de abertura do Museu às 2^{as} feiras e não encerramento à hora de almoço – em vigor a partir de março 2018
- Definição de um organograma de funcionamento da Fundação (primeiro desde a sua criação) com definição de áreas e conteúdos funcionais da Fundação – em vigor a partir de janeiro 2018
- Obtenção de apoio jurídico e administrativo por parte da Secretaria geral Presidência do Conselho de Ministros
- Alteração nos serviços de contabilidade da Fundação, passando a ser assegurados pela Secretaria geral da Presidência do Conselho de Ministros – representando uma poupança mensal de 1.476,00€.
- Renegociação de contratos: (i) Fiscalização técnica (redução de 3000 para 1000 € anuais); (ii) Vigilância (aumento de contrapartidas para Fundação - horários e serviços); (iii) Restaurante (em curso);
- Desbloqueamento de verbas dos fundadores;
- Estabelecimento de acordo com mais de 15 operadores privados de âmbito local para reforço da oferta de visitas aos núcleos das gravuras rupestres – em vigor a partir de março de 2018;
- Redução substancial das dívidas a fornecedores – prevendo-se fecho do ano sem dívida;
- Condições para investimento na valorização turística do PAVC – candidatura aprovada pelo TdP;
- Elaboração de candidatura ao European Research Council;
- Resolução de um conjunto de anomalias de gestão identificadas pela Direção Geral do Orçamento
- Aproximação ao Centro Português de Fundações, Rede do Património Mundial de Portugal, Museu do Douro, Rede de Museus do Douro e associação ao Projeto Entre Serras;
- Participação na *Bienal Ibérica de Património Cultural* e em programas de informação e divulgação nacionais e internacionais



- Organização do *Encontro Turismo Sustentável, Conhecer e Preservar o Património*;
- Preparação de *Plano Estratégico 2018-2022* e do *Plano de Actividades para 2018*;